



Governança Local

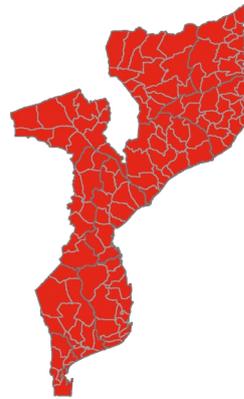
Promoção dos Direitos sobre o Uso e Aproveitamento da Terra e Recursos Naturais

Desde meados do ano 2000, o Governo de Moçambique tem encorajado fortemente o investimento estrangeiro a estimular o sector agrícola, e a procura de terra aumentou consideravelmente. Entre 2004 e 2009, foram atribuídos mais de 2,5 milhões de hectares em concessões de terra.

Apesar de uma legislação considerada progressista em termos de protecção dos direitos das comunidades, permanecem muitos desafios:

- Pouco conhecimento público sobre a legislação;
- Compromissos divididos entre governo e investidores na implementação da lei;
- Pouco envolvimento comunitário na definição e implementação da política nacional de terras.

A forte pressão sobre a terra devida à deflagração da exploração de recursos naturais (gás, carvão, etc.) está a provocar maiores tensões e conflitos, particularmente nos casos em que é necessário proceder a reassentamentos. São necessárias intervenções para promover acordos mais justos e sustentáveis entre investidores e comunidades, em benefício socioeconómico das comunidades.



Localização: Nacional

Grupo Alvo: Comunidades locais, governo ao nível local e central, sector privado e provedores de serviços que trabalhem em gestão da terra e de recursos naturais.

Fase: 2

Duração: Maio 2014 - Dezembro 2017

Orçamento:
CHF 5.260.000 - USD 5.738.220 - MZM 203.707.000

Parceiros de implementação:
CTV- Centro Terra Viva for componente, iTC - Iniciativa de Terras Comunitárias, OMR - Observatório do Meio Rural for componente.

Parceiros:
We Effect, NAMATI, MASC, Fundação Ford, SIDA - Suécia, DFID - Reino Unido, Holanda.

Responsável:
Mauricio Sulila
E-mail: mauricio.sulila@eda.admin.ch



Objectivo

Fomentar o desenvolvimento socioeconómico local sustentável através da promoção dos direitos de uso da terra e dos benefícios dos recursos naturais..

Principais Actividades

- Nos distritos seleccionados, delimitação e demarcação de terras em benefício das comunidades.
- Melhoria e teste dos modelos de parceria entre comunidades e sector privado.
- Apoio directo a Distritos e Postos Administrativos na administração, gestão de terra e recursos naturais.
- Assistência jurídica a comunidades rurais nas regras de acesso e uso da terra, para reforçar a segurança da posse da terra e estabelecer parcerias benéficas entre comunidades e investidores.
- Informação/educação ambiental a utentes da terra e recursos naturais.
- Participação nas consultas comunitárias durante o processo de atribuição de terras por concessão a investidores privados.
- Acompanhamento dos processos de reassentamento comunitário para garantir resultados benéficos para as famílias no contexto da implementação de investimentos privados.
- Melhoria da participação das mulheres na economia rural, particularmente do seu papel crescente nos grupos comunitários de governação da terra.

Impacto

Melhor ligação entre projectos de desenvolvimento comunitário de terra e recursos naturais e os Planos de Desenvolvimento Distritais.

Resultados alcançados

- Foi realizado um total de 910 delimitações/demarcações de terra comunitária/associativa. Isto representa mais de 3.800.000/ha de terra assegurada para as comunidades locais e beneficia mais de 134.700 famílias rurais.
- Comunidades rurais estão melhores na defesa dos seus direitos, abrindo-lhes possibilidades de partilha dos benefícios dos investimentos e de melhoria das suas condições de vida.
- Mais de 600 pequenas associações agrícolas legalizam a sua associação.
- Promovido o debate público sobre questões de terra e recursos naturais, especialmente sobre a partilha de benefícios entre comunidades e investidores, processo de consulta comunitária e arrendamento da terra.
- Desenvolvido um “modelo de delimitação da terra comunitária” como referência nacional.

Resultados Esperados

Nos distritos prioritários:

- São conseguidos investimentos mais lucrativos e inclusivos economicamente em benefício das comunidades em resultado das delimitações de terra comunitária, de acordo com os processos distritais de planificação.
- O iTC e outros agentes de mudança (provedores de serviços, autoridades distritais e provinciais de administração de terras) realizam a delimitação comunitária mais eficientemente e com maior envolvimento comunitário, com maior respeito pela lei.
- As comunidades locais estão mais bem protegidas em termos de direitos de uso da terra, menos sujeitas a reassentamento e efectivamente recebendo parte dos benefícios da exploração da terra e dos recursos naturais.
- Principais lacunas do quadro jurídico e das políticas de terras e recursos naturais e sua ligação com o desenvolvimento rural são identificadas e são formuladas recomendações para melhoria, usadas no diálogo sobre políticas e defesa de direitos.

Beneficiários

Os beneficiários directos são as comunidades, mulheres e homens das áreas rurais. Os beneficiários indirectos incluem Direcções e Departamentos de Governo Central e Local, Organizações Locais da Sociedade Civil, Sector Privado, Académicos, Comunidade Internacional e público em geral.

Temas Transversais

Promover a igualdade de género no acesso e uso da terra e recursos naturais.